



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



XII REUNIÃO INTERAMERICANA, A NÍVEL MINISTERIAL, SOBRE SAÚDE E AGRICULTURA

São Paulo, Brasil, 2 a 4 de maio de 2001

Tema 12 da agenda provisória

RIMSA12/19 (Port.)
9 março 2001
ORIGINAL: ESPANHOL

MUNICÍPIOS PRODUTIVOS E SEGURANÇA ALIMENTAR A NÍVEL LOCAL

por

Sr. Alfredo Jordán Morales
Ministro da Agricultura, Cuba

1. Situação alimentar no país

A produção de alimentos para satisfazer as necessidades nutricionais da população sempre foi uma das metas fundamentais do Estado cubano, que chegou a atingir esse objetivo na década de 1980 mediante o desenvolvimento de uma agricultura intensiva, apoiada pela utilização de volumes elevados de fertilizantes, produtos químicos, irrigação de extensas áreas, pastos artificiais e abastecimento de concentrados para os animais, logrando um incremento da produção e a obtenção de níveis aceitáveis na disponibilidade de proteínas de origem animal (leite, carne e ovos).

Em 1990, na Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, denunciou-se a natureza poluidora da produção que utiliza consideráveis insumos químicos e fez-se um apelo no sentido de que se desenvolvesse, entre outros aspectos, uma agricultura sustentável para a conservação do planeta. Cuba pronunciou-se energicamente em favor desses acordos e foram fortalecidas as ações com vistas à produção de alimentos saudáveis para a população. Ademais, a década de 1990 representou um grande desafio para o povo cubano. O desaparecimento da Área Socialista e o recrudescimento do bloqueio por parte dos Estados Unidos provocaram uma profunda crise econômica cujo maior impacto se fez sentir na alimentação da população, face à depressão da produção e importação de alimentos. Num curto espaço de tempo, reduziu-se visivelmente a disponibilidade dos nutrientes básicos na dieta, especialmente no que tange à energia e à proteína de origem animal. Em resposta a essa difícil situação, o Governo cubano hierarquizou a produção de alimentos e deu prioridade a toda ação voltada para esse objetivo.

Em 1993, começou a se desenvolver a produção em grande escala de hortaliças mediante uma estratégia de caráter local, promovendo o cultivo desses alimentos em cada metro quadrado das cidades, povoações e assentamentos populacionais, seguindo princípios de agricultura sustentável. Esse processo, denominado *Agricultura Urbana*, desenvolveu-se nos últimos anos, incorporando outros subprogramas que perfazem um total de 26, alguns deles destinados à produção animal, especialmente das espécies suína, avícola, ovino-caprina, cunícula, aquícola e apícola.

Outra das medidas adotadas foi o fortalecimento dos governos locais, tendo como elemento principal na divisão político-administrativa o Município, fortalecido com a criação em 1992 dos Conselhos Populares, que são as células fundamentais da ação do Governo e aos quais a Lei 91 faculta em seu Capítulo 3, entre outras funções e atribuições, “trabalhar ativamente para que sejam satisfeitas as necessidades assistenciais, econômicas, educacionais, culturais e sociais da população e em busca de soluções para os problemas suscitados”, bem como “promover a participação da população, das instituições e entidades

departamentais para desenvolver iniciativas que contribuam para obter um avanço maior nas tarefas que se proponham e coerir os esforços de todos”.

Ademais, foram ampliadas as missões estratégicas nos Municípios, aos quais foi conferida maior autonomia, incrementando-se a motivação e participação do público em seu conjunto e convertendo-o em protagonista direto na solução de seus problemas. Um importante eixo do desenvolvimento local foi constituído pelo Ministério de Saúde Pública, que vem trabalhando, juntamente com a Organização Pan-Americana da Saúde, nos Projetos de Desenvolvimento Municipal, que também têm como objetivo fundamental a disponibilidade de uma base alimentar para a população.

2. Instituto de Medicina Veterinária

O Instituto de Medicina Veterinária (IMV), que pertence ao Ministério da Agricultura (MINAGRI), é o organismo gestor da saúde animal em Cuba, dirige o serviço de Medicina Veterinária e desenvolve seu trabalho apoiando-se nos seguintes sistemas: Vigilância Epizootiológica, Controle de Programas de Combate às Doenças, Serviço Veterinário de Fronteiras, Rede Diagnóstica, Controle Sanitário dos Alimentos, Controle Estatal dos Medicamentos e Assistência Veterinária aos animais. Para o desempenho das suas funções, o IMV conta com uma estrutura vertical da nação: na base, o Município é o órgão local de atenção, no qual estão representados todos os serviços de medicina veterinária, os quais constituem nesse nível o Conselho de Saúde Municipal, juntamente com os órgãos administrativos e de governo. A atenção veterinária do serviço estatal chega até o Conselho Popular, que é a forma de governo de base em Cuba.

Desde 1986, com a colaboração da Organização Pan-Americana da Saúde e do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, o IMV desenvolveu o Sistema de Vigilância Epizootiológica por quadrantes geográficos, o que lhe permitiu identificar em cada localidade todos os produtores de animais, estabelecer as faixas de densidades das diferentes populações animais para espaços pecuários de 1 km² e estar assim em condições de exercer ações para aumentar a produção, combater as doenças, educar na produção de alimentos inócuos e proteger o meio ambiente. A partir de 1993, sustentado no fortalecimento de seu sistema e em sua capacidade de convocação, o IMV começou a desenvolver o Movimento de Municípios Produtivos, com apoio da OPAS.

3. Movimento de Municípios Produtivos

É o movimento no qual são coordenadas ações que fomentam a saúde e a produtividade animal de forma sustentável, congregando os atores políticos e econômicos e a população, no interesse de melhorar o bem-estar da comunidade.

Baseia-se no incremento da produção e do consumo de proteína de origem animal, com a contribuição de profissionais e técnicos capacitados, numa população com cultura nutricional individual e familiar protegida, sem causar danos ao meio ambiente e tendo em mente a mitigação dos danos face à possível ocorrência de desastres naturais.

4. Objetivos do movimento

Os objetivos do movimento são:

- conseguir dos governos municipais a aprovação do desenvolvimento desse processo nos respectivos territórios;
- sensibilizar os principais atores sociais do Município, Província e País;
- conseguir que, num período de três anos, os 169 municípios contem pelo menos com um Conselho Popular de Produção;
- sistematizar as experiências, divulgar resultados e incentivar o apoio mútuo entre municípios participantes;
- obter uma cooperação maior entre os setores.

5. Resultados esperados

Os resultados esperados são:

- rede de municípios participantes fortalecidos, obtendo avanços notáveis do ponto de vista produtivo nos Conselhos Populares selecionados, os quais servirão como pontos piloto para continuar avançando;
- atores sociais capacitados mediante o trabalho sistemático dos educadores (universidades, instituições científicas, especialistas, etc.);
- intensa participação social;
- aperfeiçoamento dos programas de saúde animal para as doenças presentes no país.

6. Caracterização e organização

O IMV, com apoio da OPAS/OMS, vem desenvolvendo um projeto para acompanhar o Movimento dos Municípios Produtivos.

Em resultado das ações levadas a cabo até agora foram identificados os enfoques funcionais do Projeto, o que, estrategicamente, permitirá continuar ampliando ou desenvolvendo o trabalho futuro. Esses enfoques se resumem em:

- produção vinculada à saúde e ao bem-estar da população;
- aperfeiçoamento dos recursos humanos e técnicos, bem como dos possuidores de animais;
- segurança individual e familiar mediante atividades para o fomento da saúde;
- educação para a saúde em função do incremento da cultura alimentar e higiênico-sanitária na população;
- intersectorialidade como resposta ao desenvolvimento municipal;
- conservação do meio ambiente;
- preparação das instituições e da população para enfrentar possíveis danos causados por desastres naturais.

O projeto é formulado com a participação dos diferentes setores envolvidos (MINSAP, IMV, MINAGRI, Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, e organizações sociais) no nível municipal, o qual tem caráter governamental e será liderado pelo IMV nesse escalão, dada a capacidade de convocação que este tem nas diferentes comunidades.

O Projeto prevê também o fortalecimento dos serviços veterinários, insistindo basicamente em obter uma melhoria da infra-estrutura criada, bem como capacitar os atores sociais na localidade.

As ações do Projeto de Municípios Produtivos têm caráter eminentemente intersectorial, logrando produzir uma acentuada mobilização de recursos internos nas localidades, bem como intensa participação social e ações de líderes formais e informais.

7. Estrutura do Projeto

No nível central, está constituído o Grupo Nacional de Projetos, integrado de 12 especialistas. Constitui-se esse mesmo grupo nas Diretorias Provinciais, existindo no nível municipal uma estrutura semelhante, aspecto que não só assegura o fortalecimento da ação gerencial como também contribui decisivamente na formação das carteiras de projetos em todos os níveis, fortalecendo ademais a cultura sobre essa metodologia no setor. A Diretoria atua no sentido vertical.

As principais funções do grupo são:

- assessoria técnica nos diferentes níveis;
- controle e avaliação da execução dos projetos;
- formulação das carteiras de projetos nos diferentes escalões;
- mobilização de recursos (internos e externos);
- coordenação do processo intersetorial;
- desenvolvimento da cooperação técnica com a OPAS, com outros organismos das Nações Unidas e com as ONG.

8. Executores

A Nação: a Direção Geral do IMV, os órgãos executivos do MINAGRI, os institutos de pesquisa e as ONG afins.

As Províncias: A Direção do IMV, os especialistas necessários, a delegacia do MINAGRI e as ONG afins.

Os Municípios: A Direção do IMV, os Conselhos Populares, a delegacia do MINAGRI, MINSAP, Educação, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, as organizações produtivas, a comunidade e as ONG.

9. Beneficiários

Os beneficiários são os habitantes dos territórios participantes, as estruturas locais de governo, as organizações comunitárias e as instituições participantes.

10. Realizações

Vem-se trabalhando atualmente em diferentes etapas de desenvolvimento, em 48 municípios e 59 Conselhos Populares, nos quais foram alcançados os seguintes resultados:

- introdução de espécies animais produtivas não tradicionais (coelhos, peixes de água doce, gansos, etc.), incrementando o consumo da população;
- melhoramento da base genética nas espécies tradicionais;
- introdução de tecnologia de produção mais moderna;
- incremento da base alimentar para os animais;

- educação sanitária dos produtores, para sua proteção contra as zoonoses e o cuidado higiênico na produção de alimentos;
- incremento da educação nutricional da população com as conseqüentes mudanças nos hábitos alimentares;
- incremento da disponibilidade de alimentos de origem animal nos núcleos familiares incorporados à produção;
- maior disponibilidade de proteína animal para os grupos sociais vulneráveis (lares dos idosos, creches, casas maternais, etc.);
- maior disponibilidade de alimentos para comercialização dentro e fora da comunidade;
- incremento da educação sobre o meio ambiente;
- consolidação do trabalho intersetorial;
- fortalecimento das infra-estruturas em 20 Diretorias Municipais de Veterinária;
- aperfeiçoamento dos recursos humanos em todos os níveis, obtendo-se a capacitação de 1.200 profissionais, 800 técnicos e 3.800 produtores, tendo sido alguns desses cursos, para isso, dados por professores procedentes do PANAFTOSA e da OPAS;
- execução de dois projetos de Cooperação Técnica entre Países, o primeiro entre Cuba, Costa Rica e Panamá, em 1999, coordenado pelo Instituto de Nutrición de Centroamérica y Panamá (INCAP/Organização Pan-Americana da Saúde), e o segundo entre Cuba e Panamá, em 2000, com resultados positivos para todos os participantes;
- execução de um Seminário Internacional (ano 2000) para expor a experiência adquirida até agora no trabalho desenvolvido nos Projetos de Municípios Produtivos.

11. Bases políticas e perspectivas para a Região

O déficit da base alimentar é um problema comum em muitas comunidades da América Latina, ao qual se junta também uma pobre cultura nutricional e ambiental, bem como a presença de zoonoses nas espécies de criação tradicional. Numerosos projetos de caráter governamental foram desenvolvidos por ONG em busca de solução para a problemática acima exposta.

A troca de experiências entre países permite encontrar soluções que possam ser adaptadas às condições e peculiaridades das populações sujeitas a riscos.

O Projeto de Municípios Produtivos pode constituir um modelo capaz de permitir, a partir dos resultados obtidos, a sua adaptação às necessidades de outros países da América Latina. Cuba, que demonstrou durante esses anos a sua vocação de ajuda solidária aos países no campo da saúde pública, educação, agricultura, medicina veterinária, esportes e outras categorias, põe à disposição dos países da área a experiência adquirida nesse nobre Projeto.